



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL NO PERÍODO DA INFLEXÃO ULTRALIBERAL: ESTRUTURA PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO

Rebeca Marota da Silva (UFRN) - rebeca.economia@outlook.com

*Graduada em Ciências Econômicas (UFRN), Mestra e Doutoranda em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR-UFRN).
Pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles.*

Rodolfo Finatti (UFRN) - rodolfofinatti@alumni.usp.br

*Formado em Geografia pela UNESP. Mestre e doutor em Geografia pela USP. Pesquisador PNPd (Pós-Doutoral) no
Departamento de Políticas Públicas da UFRN - Associado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e
Regionais.*

Juliana Bacelar de Araújo (UFRN) - juliana.bacelar@ufrn.br

*Economista pela UFRN, Mestra e Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Professora do Programa
de Pós-graduação em Economia da UFRN. Pesquisadora do GEPE-UFRN e do Núcleo Natal do INCT- Observatório
das Metrôpoles.*

Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN) - mlmclementino@gmail.com

*Economista e socióloga pela UFRN, Mestre em sociologia e Doutora em economia pela Unicamp; pós doutorado pela
Université Lumière(Lyon2) França. Professora titular da UFRN atuando no Programa de Pós-graduação em Estudos
Urbanos e Regionais. Coordenadora d*

A Região Metropolitana de Natal no período da Inflexão

Ultraliberal: estrutura produtiva e mercado de trabalho

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma caracterização atualizada da dinâmica econômica e da inserção da Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte, identificando e analisando permanências e possíveis alterações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho.

Para tanto, será apresentada uma análise a partir do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2014, 2016 e 2019, bem como a partir da reorganização e categorização¹ da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) aplicada aos dados do emprego formal, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MT). Os cortes temporais de 2014 e 2016 convergem com análises prévias já desenvolvidas pela pesquisa “Economia Metropolitana: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho”, conduzida em escala nacional pelo Observatório das Metrôpoles (observa-se a partir de 2015, a emergência de forte crise política e econômica, cujos sinais de esgotamento do modelo anterior já vinham sendo observados desde 2011 e se refletem com ênfase no ano em 2015 e 2016), ao passo que 2019 é a base de dados mais atualizada oferecida pelo Ministério do Trabalho, convergindo também com um ano “pré-pandemia”².

Apesar do atual agravamento do cenário econômico, a partir dos anos 2000 verificou-se um processo de retomada da atividade econômico, mas que foi acompanhado também por importantes movimentos de desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora, desconcentração/reconcentração econômica-industrial, acumulação urbana e financeirização que tem impactado as áreas metropolitanas e tornando mais complexo o debate sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Na região Nordeste, especialmente nas suas regiões metropolitanas, observou-se o fortalecimento do mercado interno e a retomada dos investimentos públicos e privados, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

¹ Como parte da pesquisa Economia Metropolitana: mudanças da base produtiva e mercado de trabalho, conduzida no Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles, há o entendimento de que importantes movimentos ocorreram na economia nacional a partir de 2000 e que as classificações dos setores de atividade existentes são pouco flexíveis e não estão voltados para a análise do que aconteceu nos espaços nacionais e nas economias regionais. O esforço empreendido pela equipe envolvida é o de oferecer uma reorganização dos registros da CNAE 2.0 a fim de atender às características atuais da estrutura produtiva.

² É importante marcada essa análise de 2019 em um momento histórico pré-pandemia, uma vez que 2020 e 2021 terão dados muito fortemente influenciados pela dinâmica global de desaceleração e, no Brasil, forte desemprego. Esta temática estará contemplada em artigos posteriores.

Os impactos do conjunto de políticas de austeridade econômica empregadas no Brasil, a partir de 2015, somadas a desaceleração do crescimento econômico, crise política, internacional e institucionais, criaram uma conjuntura de inflexão ultraliberal na economia nacional e regional. A recessão apresentada neste período promoveu, para além da queda do PIB nacional, um crescimento acelerado do desemprego.

Embora o ano de 2014, tenha sido um ano de desaceleração econômica fortemente influenciada pela contração do investimento, especialmente das Empresas Estatais (ORAIR, 2016), o consumo das famílias ainda contribuiu para o crescimento (mesmo que menor que os anos anteriores). Esse modelo sustentado pelo consumo das famílias e expansão dos investimentos apresenta seu esgotamento, e, em 2015, apresenta-se um cenário recessivo com seguidas quedas do PIB, do consumo das famílias, do emprego e da renda.

Em 2015, destaca-se a implementação de um conjunto de políticas de austeridade econômica lançado em “estratégia de choque em detrimento de uma estratégia gradualista” (ROSSI; MELLO, 2017, p.3). Embora o programa eleito em 2014, defendesse ideias como o ajuste gradual dos preços administrados, a expansão de gastos públicos sociais e de investimento, o uso de estatais como instrumentos de desenvolvimento e políticas voltadas para a manutenção da baixa taxa de desemprego, o choque recessivo foi a política que acabou sendo implementada. Essas políticas resultaram no combo de choque de preços administrados (elevando os custos para empresas e reduzindo a renda real das famílias), somado ao choque cambial (resultando em encarecimento da cesta de produtos que compõem o investimento), ao choque monetário (aumento do custo do crédito), e choque fiscal (com queda real das despesas primárias do governo central, em especial do investimento público, contribui para a contração do consumo, investimento e demanda externa) (ROSSI; MELLO, 2017).

Observa-se, assim, um cenário econômico restritivo que, a partir de 2016, se junta a um cenário de crise política e institucional e reafirma a ideia de um movimento de inflexão ultraliberal iniciada em 2015. Esse movimento é aprofundada a partir de 2017, com a reintrodução do receituário neoliberal de política econômica, com a aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95), a “regra do teto”, com a Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467, 13/07/2017) e a Lei da Terceirização (Lei n. 13.429, 31/03/2017) (TROVÃO; ARAUJO, 2020). Essas alterações na legislação tinham como objetivo gerar novas vagas de emprego formal, reduzir a taxa de desemprego, valorizar o câmbio, reduzir a inflação e a taxa de juros. Todavia, os efeitos dessas medidas não foram capazes de alcançar/sustentar tais objetivos. Ainda mais em uma realidade periférica, onde a participação do Estado se faz necessária para a condução do desenvolvimento econômico e redução das desigualdades sociais.

Sendo assim, neste trabalho segue-se a hipótese de que tal conjuntura econômica nacional, torna-se ainda mais grave nas regiões mais periféricas do país e, em que pese os indicadores econômicos e de emprego apresentem uma lenta retomada do crescimento, se apresenta com um caráter concentrador de renda e em patamares inferiores ao ano de 2014.

Diante deste cenário, as regiões menos dinâmicas do país, tendem a acompanhar a conjuntura e apresentam poucos recursos no enfrentamento da crise. Desta forma, o presente artigo se propõe a analisar a economia do Rio Grande do Norte e o peso da Região metropolitana de Natal, por ser uma região pouco expressiva em termos nacionais, mas que se caracteriza como polo de um estado periférico como o Rio Grande do Norte, no contexto de inflexão ultraliberal das políticas econômicas a partir de 2015. Para tanto, fez-se um esforço de compreender como as medidas econômicas de austeridade e reformas, tais como a trabalhista, tiveram impactos na dinâmica econômica e mercado de trabalho formal.

Para realizar essa análise será feita a comparação de dois períodos: 1) De 2014 a 2016, de crise econômica, que caracteriza-se pela forte retração da atividade econômica, aumento das taxas de desemprego e redução da formalização; e 2) De 2016 a 2019, de lenta recuperação da economia, e adoção de medidas de flexibilizantes e de austeridade econômica, que, como já ressaltado, não se mostraram capazes de proporcionar uma recuperação do mercado de trabalho e da atividade econômica de maneira mais expressiva.

A análise do presente artigo está referenciada na Região Metropolitana de Natal, que se localiza na faixa de ocupação litorânea do Rio Grande do Norte (RN). Como delimitação administrativa, a RMN foi instituída no ano de 1997³ e possui em sua atual composição quinze municípios: Natal (cidade polo e capital do Rio Grande do Norte), Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Vera Cruz, Monte Alegre, Maxaranguape, Arês, Goianinha, Ielmo Marinho e Bom Jesus. Os quatro últimos (Arês, Goianinha, Ielmo Marinho e Bom Jesus) foram incorporados recentemente à região metropolitana, entre 2015 e 2018.

O artigo traz, além desta introdução e das considerações finais, três seções: 1) Economia Metropolitana Potiguar no contexto de inflexão ultraliberal; 2) Inserção econômica da Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte e 3) Mercado de trabalho formal na economia metropolitana de Natal.

ECONOMIA METROPOLITANA POTIGUAR NO CONTEXTO DE INFLEXÃO ULTRALIBERAL

A Região Metropolitana de Natal (RMN), localizada no estado do Rio Grande do Norte, Nordeste Brasileiro, possui uma baixa representatividade econômica para o dinamismo nacional, dependente de políticas de desenvolvimento federal, caracterizada por ser inserida na periferia da periferia do Brasil.

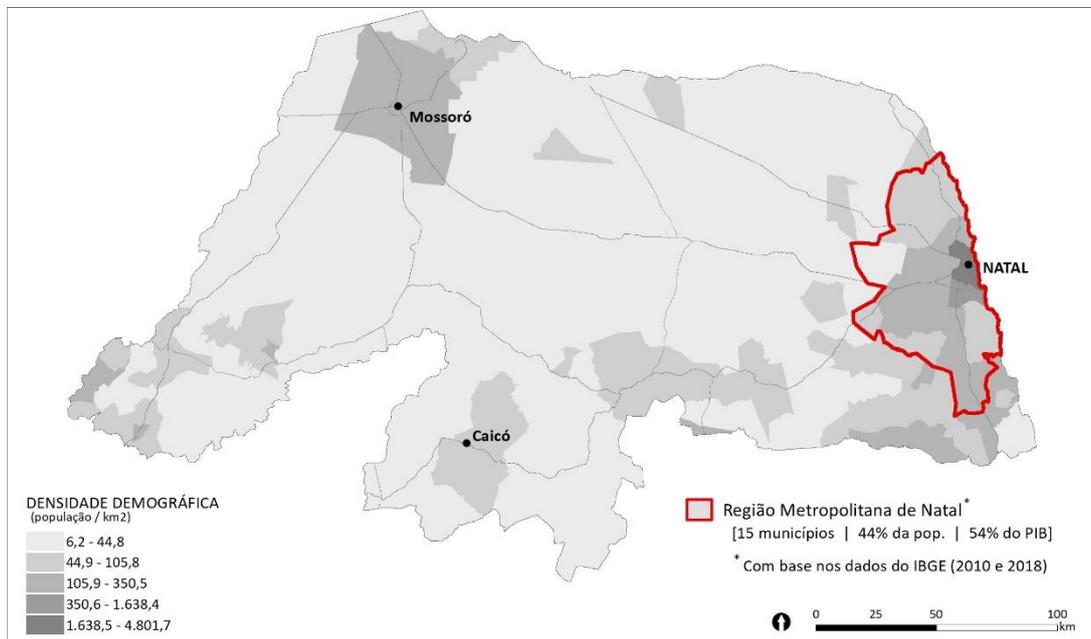
Instituída no ano 1997, pela lei complementar estadual (LCE) nº 152, a RMN seguiu a onda de criação de diversas regiões metropolitanas no país, ainda que não apresente uma dinâmica metropolitana bem definida. Pesquisadores locais, principalmente do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Natal, já apresentaram diversas pesquisas sobre a dinâmica socioeconômica metropolitana de Natal, caracterizando-a como uma “metrópole em formação”,

³ Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997.

onde apenas 4 municípios, do total de 15, apresentam alta integração, formando o bojo de uma aglomeração urbana contínua capitaneada por Natal, a capital potiguar.

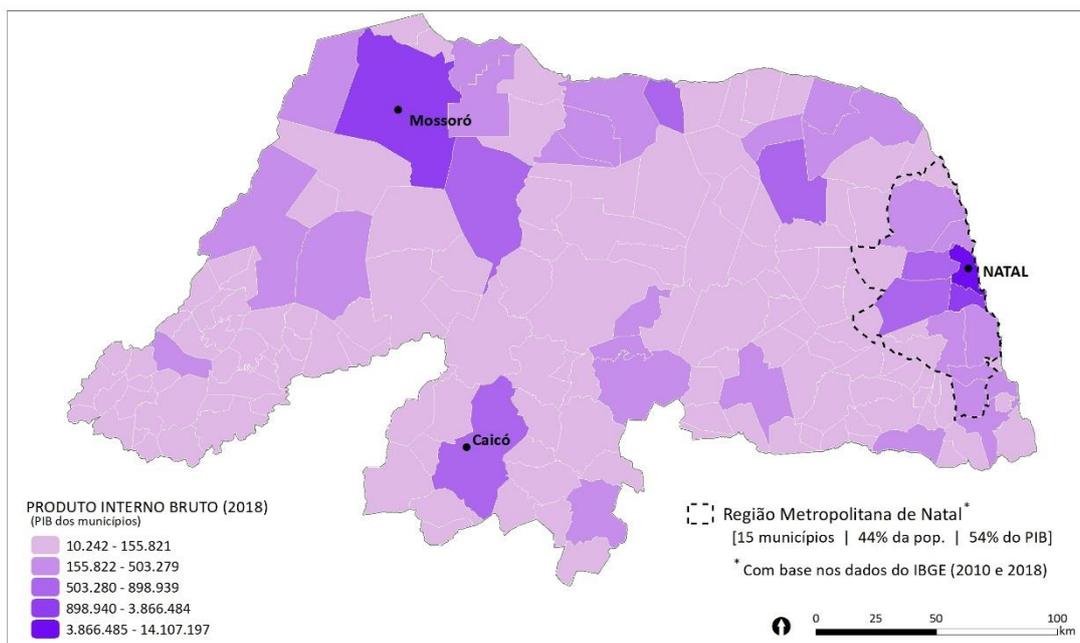
No período de análise deste trabalho (2014-2019), a condição macrocefálica da RMN, frente ao estado potiguar, permanece. Conforme os Mapa 1 e 2, que mostram a distribuição geográfica demográfica e do PIB no Rio Grande do Norte ratificam-se a concentração populacional e de riqueza, na RMN. Em termos de tendência de concentração, observa-se, com auxílio da tabela 1, que no momento mais acentuado da crise, 2016, ano seguinte ao choque recessivo, ocorre uma reconcentração da riqueza na região polo.

Mapa 1 Rio Grande do Norte - Densidade demográfica, 2020



Fonte: Organizado por Rodolfo Finatti (2021).

Mapa 2 Distribuição geográfica do PIB no Rio Grande do Norte, 2018



Fonte: Organizado por Rodolfo Finatti (2021).

Tabela 1 Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) e Participação do PIB (RN=100) de Natal e Região Metropolitana.

	2014		2016		2018	
	Total	%	Total	%	Total	%
Natal	23.676.598	35	23.304.608	37	23.803.673	36
RMN	36.380.997	54	35.185.413	55	35.810.953	53
RN	66.964.947	100	63.600.442	100	66.969.562	100

Fonte: IBGE – PIB dos Municípios. Nota: Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2018.

A crise iniciada em 2014, aprofundada em 2015, está evidenciada nos dados da tabela 2. Observa-se que, a queda do PIB nacional, gera rebatimentos para o regional e para o local. Todavia, nos chama a atenção o fato de que no período analisado, os indicadores nacionais são ainda piores que os regionais. No primeiro momento, 2014-2016, o Brasil apresenta queda de -3,41% a.a. do PIB, o Nordeste, -2,04% a.a., RN, -2,54% a.a., RMN, -1,66% a.a.

Embora no subperíodo 2016-2018, tenha apresentado uma elevação do PIB do Brasil, Nordeste e RN, quando comparamos os números de 2018 com 2014, estes os valores estão abaixo do começo da crise.

Destaca-se ainda que, embora os indicadores da RMN tenham apresentado um cenário crítico, parece ter ficado bem mais estável que as demais escalas analisadas. Acredita-se que isso possa ter ocorrido, pois a

RMN pouco se modificou em termos de estrutura produtiva. Poderemos constatar esta hipótese mais adiante.

Tabela 2 Produto Interno Bruto - Valores Constantes (Mil Reais) E Taxa De Crescimento Médio Anual (%) - RMN, RN, Nordeste E Brasil (2014-2018)

PIB		RMN	RN	Nordeste	Brasil
Valores Reais por ano (mil R\$)	2014	36.380.997	66.964.947	997.979.264	7.163.434.937
	2015	36.296.985	65.974.866	977.887.569	6.909.436.746
	2016	35.185.413	63.600.442	957.683.536	6.683.311.660
	2017	35.997.760	66.251.537	982.274.204	6.784.719.006
	2018	35.810.953	66.969.562	1.004.827.440	7.004.141.000
Taxa de Crescimento Médio Anual (%)	2014- 2016	-1,66	-2,54	-2,04	-3,41
	2016- 2018	0,89	2,61	2,43	2,37
	2014- 2018	-0,39	0,00	0,17	-0,56

Fonte: PIB dos Municípios, IBGE. Nota: Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços de 2018.

Tabela 3 Participação setorial do Valor Adicionado a preços correntes (%). Natal, RM Natal e RN, 2014-2018

VAB	2014			2016			2018		
	NATAL	RMN	RN	NATAL	RMN	RN	NATAL	RMN	RN
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	0,1	1,1	3,2	0,1	1,3	3,5	0,1	2,0	4,4
Indústria	17,3	19,1	21,9	15,5	15,7	19,0	14,1	14,4	19,1
Serviços*	62,5	56,1	46,3	64,1	58,5	47,7	64,9	58,5	47,2
Adm. Pública	20,1	23,7	28,6	20,3	24,4	29,7	21,0	25,1	29,3

Fonte: IBGE – PIB dos Municípios. *Nota: Serviços exceto Adm. Pública.

Quando analisamos a participação setorial do valor adicionado bruto, dois setores que merecem destaque: Indústria e Serviços. A Indústria segue perdendo significativas participações na economia potiguar. Enquanto, o setor de serviços segue crescendo. Quando esse movimento acontece, em um cenário de crise, em uma região periférica, a tendência é a de que este setor de serviços, que vem avançando, seja caracterizado pelo trabalho precarizado, sub-emprego, com baixas remunerações e com baixa intensidade tecnológica e de conhecimento. Enquanto a Indústria, que no caso potiguar já se caracterizava pela sua baixa intensidade de conhecimento, não se transforma, apresentando somente o seu desmonte no período analisado.

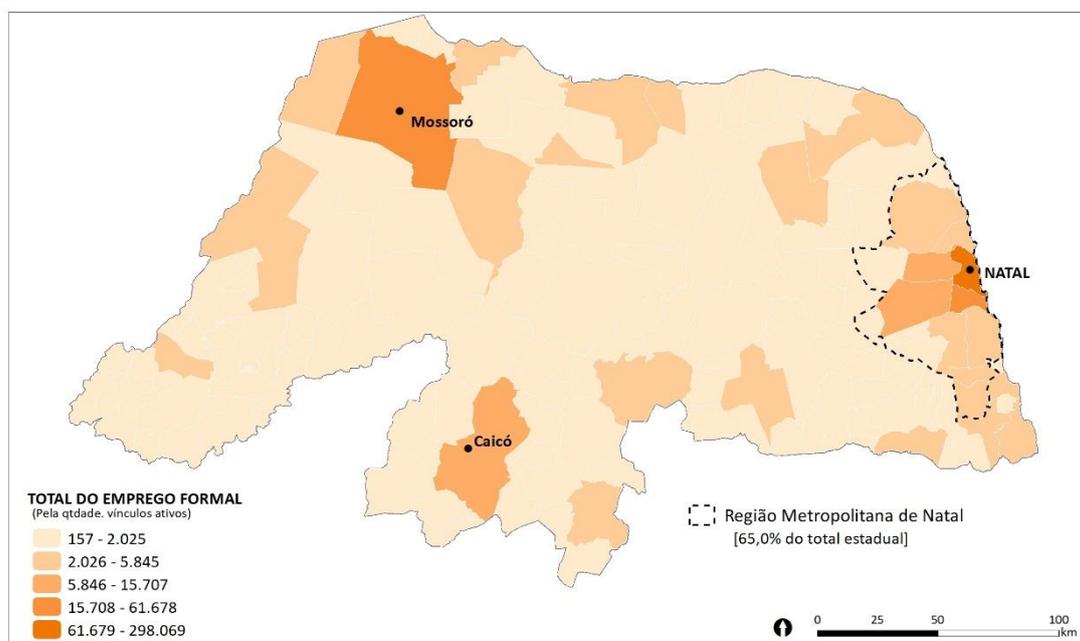
INSERÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Nesta sessão serão apresentados mapas do ano Referência 2019, do Rio Grande do Norte, com recorte da RM Natal destacado, e num box os percentuais de participação das escalas selecionadas (Rio Grande do Norte, Região Metropolitana de Natal e Natal). O objetivo é entender a espacialidade dos dados do RN, investigando a hipótese de reconcentração produtiva em Natal.

Inicialmente, vale observar a distribuição do emprego formal total no Rio Grande do Norte (Mapa 3), o qual mostra a concentração do emprego em Natal (capital) e nas cidades com maior centralidade regional no território potiguar, Mossoró e Caicó⁴. Ao mesmo tempo, evidencia-se um vasto interior com pouca capacidade de absorção da mão de obra. Este padrão irá se repetir para a maioria dos setores selecionados nesta pesquisa.

Mapa 3.

Distribuição geográfica do emprego formal no Rio Grande do Norte (2019)



Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS-MT.

É importante destacar que, comparativamente ao ano de 2016⁵, a Região Metropolitana de Natal perdeu 1 ponto percentual na concentração espacial do emprego formal. Naquele ano, a RMNatal concentrava 66% do emprego no estado em um momento de transição para a inflexão ultraliberal.

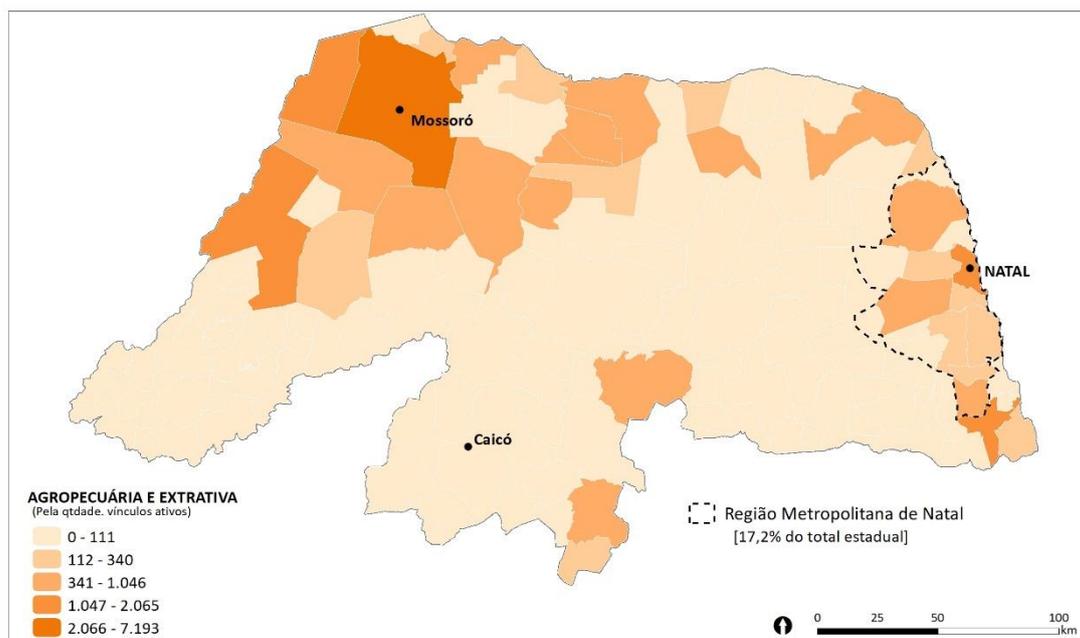
⁴ A seleção destas cidades se deu a partir do estudo das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

⁵ De acordo com o texto anterior, cf. *Inserção Econômica e Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Natal: permanências e desafios na inflexão ultraliberal*, por Finatti, Araújo e Silva et al. (2020).

No que tange à atividade agropecuária (Mapa 4), verifica-se a manutenção da concentração espacial na Região de Mossoró, que apresenta o maior destaque no mapa temático, ao passo que a Região Metropolitana de Natal corresponde à 17,2% do emprego formal no setor. Em 2016, esta concentração chegava a 19%.

Mapa 4.

Distribuição geográfica do emprego formal no setor da Agropecuária e Indústrias Extrativa (2019)



Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS-MT.

A atividade industrial será analisada a partir da sua distribuição entre baixa e média-baixa / média-alta e alta intensidades tecnológicas (Mapas 5 e 6).

Em primeiro lugar, destaque-se a diminuição do parque industrial em todo o estado, desde o ano de 2014. O setor de baixa e média-baixa tecnologia apresentava 24.700 empregos formais ante 17.900 em 2019, uma diminuição de 27,5%. Em 2016 este setor estava concentrado 70% na RMNatal em relação ao Rio Grande do Norte, já em 2019 a concentração diminuiu para 17,2%.

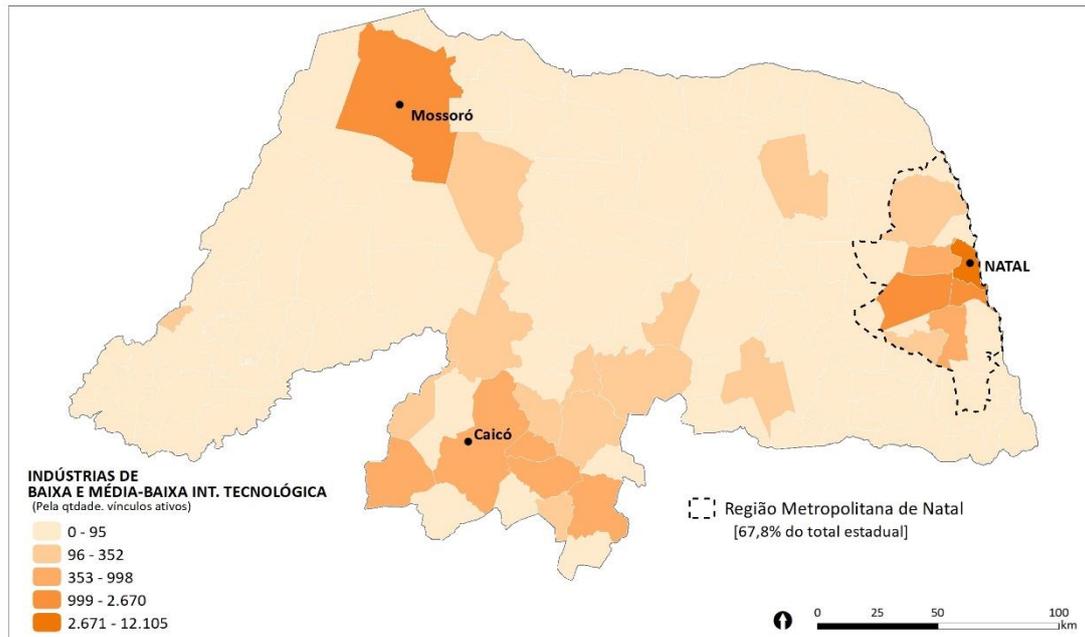
Os três polos de maior dinamismo continuam sendo Natal, Mossoró e Caicó, mas o mapa permite observar que, quanto mais distante da capital, os municípios se tornam mais sensíveis a perda do parque industrial. Este é caso daqueles localizados ao sul de Mossoró, porção do estado que é mais sensível neste setor. Pode-se apontar que, a despeito do surgimento de empregos industriais em alguns municípios do Rio Grande do Norte durante o período desenvolvimentista a estrutura espacial da indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica se mantém similar.

A indústria de média-alta e alta tecnologia também apresenta diminuição similar em todo o estado. Em 2014 registrou-se 1.800 carteiras assinadas no setor, número que decresce para 1.400 em 2019 segundo os dados da RAIS, sinalizando uma diminuição de 22%. A concentração metropolitana também

diminuiu, já que em 2016 representava 67% e, de acordo com o dado mais atual, chegou a 63,5%. Observa-se também o enfraquecimento do “corredor territorial” que formava-se no eixo Caicó (mais ao sul), Jucurutu, Assú, Mossoró, Serra do Mel e Areia Branca (mais ao norte), no interior do estado, que começou a se formar durante o período desenvolvimentista⁶.

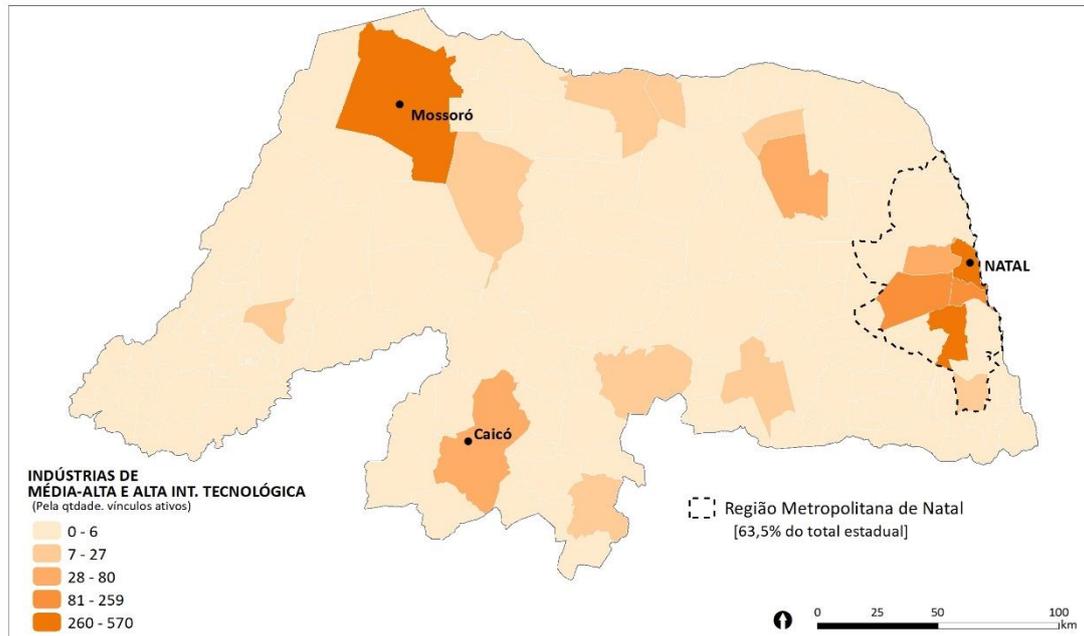
Mapa 5.

Distribuição geográfica do emprego formal no setor de Indústrias de Baixa e Média-baixa Intensidade Tecnológica (2019)



Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS-MT.

⁶ Conforme identificado em trabalho anterior. Cf. Finatti, Araújo e Silva (2020).

Mapa 6.**Distribuição geográfica do emprego formal no setor de Indústrias de Média-alta e Alta Intensidade Tecnológica (2019)**

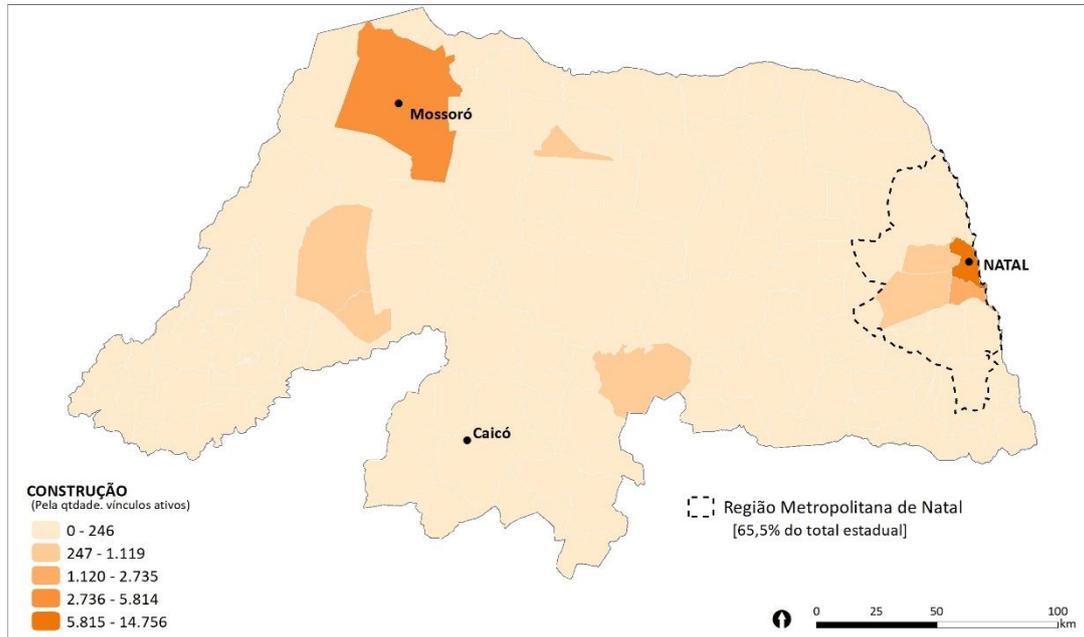
Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS-MT.

O setor de Construção (Mapa 7) já havia apresentado uma retração expressiva e rápida no início da inflexão ultraliberal: em 2016 se registrou 29 mil vínculos formais ante o total de 47 mil no ano de 2014 (FINATTI, ARAÚJO E SILVA, 2020). No ano de 2019, continuando essa tendência, verifica-se um decréscimo ainda maior, com praticamente 10 mil postos de trabalho perdidos e chegando a 19.700 empregos formais.

Por meio do mapa temático (Mapa 7), verifica-se que na Região Metropolitana de Natal concentra 65,5% deste setor, enquanto em 2016 a concentração era maior (69%). No interior da RM Natal os municípios mais expressivos que “restaram” com maior dinamismo são justamente os da chamada metrópole funcional, quais sejam: Natal, Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante.

O interior do estado, que outrora apresentava alguma relevância, em 2019 encontra-se praticamente homogêneo, com baixa contratação pela grande maioria dos municípios.

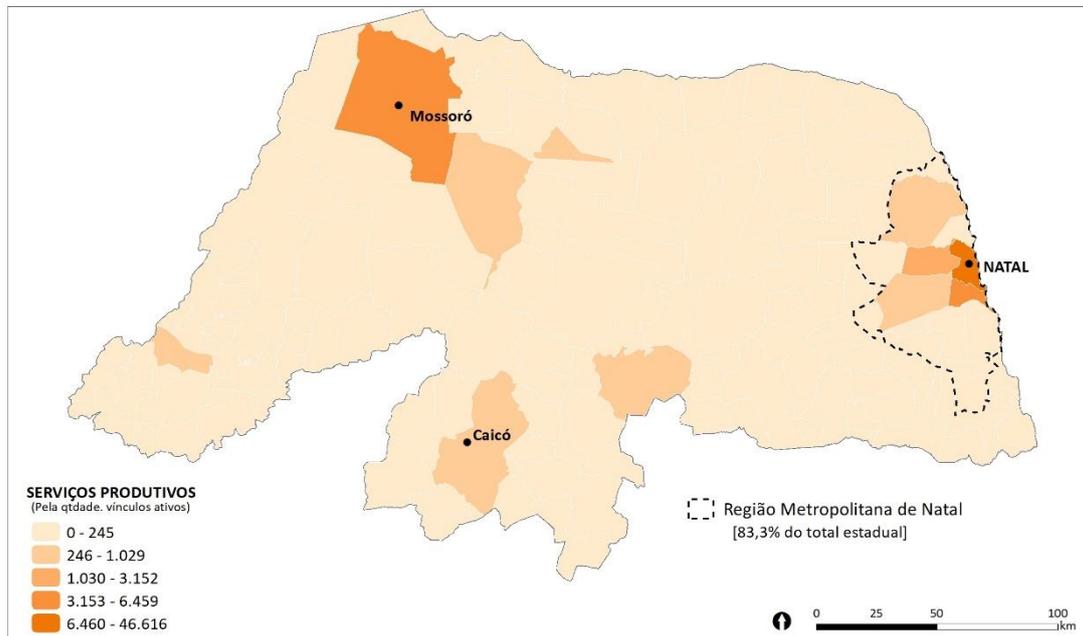
Mapa 7.
Distribuição geográfica do emprego formal no setor de Construção (2019)



Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS-MT.

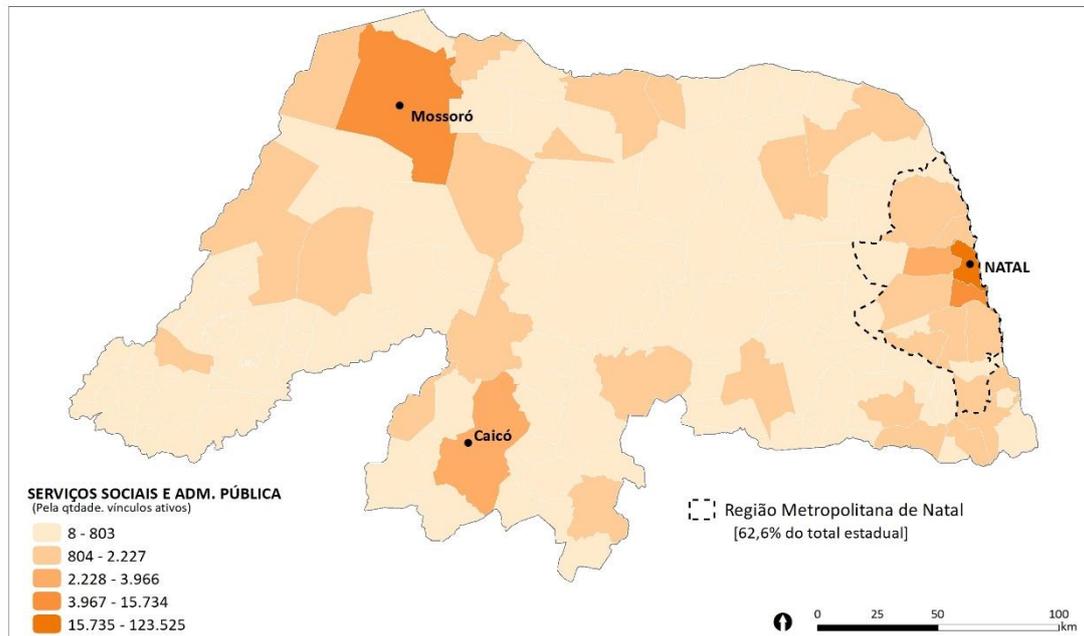
Os serviços produtivos estão representados no Mapa 8, que evidencia forte concentração deste setor na Região Metropolitana de Natal, chegando a 83,3% - um dos poucos setores que aumentou no polígono metropolitano. Em 2016, essa mesma concentração era de 80%. Também similar a 2016, os centros regionais Mossoró e Caicó também tem alguma representatividade neste setor, se observado o conjunto do Rio Grande do Norte.

Mapa 8.
Distribuição geográfica do emprego formal no setor de Serviços Produtivos



Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS-MT.

Nos serviços sociais (Mapa 9), observamos maior distribuição entre a Região Metropolitana e o conjunto dos demais municípios potiguares, também com representatividade nas sedes regionais (Mossoró e Caicó), bem como poucos municípios no interior. A região metropolitana, que em 2016 concentravam 62% do emprego, manteve-se em igual patamar em 2019 (62,6%).

Mapa 9.**Distribuição geográfica do emprego formal no setor dos Serviços sociais - Administração Pública (2019)**

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS-MT.

Em linhas gerais, pode-se identificar a retração do emprego e, particularmente, alguns setores que ganharam maior fôlego durante o período desenvolvimentista retrocederam significativamente e os poucos impulsos remanescentes não foram capazes de sinalizar uma alteração da estrutura espacial ou alguma reversão do modo preponderante pela qual se insere a Região Metropolitana de Natal no conjunto do Estado do Rio Grande do Norte.

MERCADO DE TRABALHO FORMAL NA ECONOMIA METROPOLITANA DE NATAL

O conjunto de políticas econômicas que resultaram na inflexão ultraliberal a partir de 2015, tiveram impactos na configuração do mercado de trabalho formal e nas exportações na economia metropolitana de Natal.

Começando as análises no que tange ao mercado de trabalho formal, torna-se inevitável apoiar-se no que representou a reforma trabalhista e a “regra do teto” para a sua configuração atual.

A “regra do teto” - Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2017 - tinha como objetivo de limitar a trajetória futura do gasto público. Embora a sustentabilidade fiscal seja importante, como a economia já vinha em crise, o enxugamento de diversas rubricas de despesa passou a afetar gravemente políticas de governo que dependem de verbas adequadas, como aquelas com retorno social mais elevado. Ou seja, o investimento público, tão importante em economias periféricas, foi afetado pela “regra do teto”, que gerou entraves para a recuperação da economia (GIAMBIAGI; TINOCO, 2019).

Observou-se no período de análise (2014-2019), a falta que os impulsos dos investimentos em programas estruturantes como o PAC e MCMV, que mobilizaram diversos setores da economia, em especial o grupo de Construção. Num primeiro momento, 2014-2016, o setor perde 13.282 empregos formais na RMN. O que representou uma expressiva queda na taxa de crescimento médio anual de -22,4%a.a. Ainda que essa taxa tenha se estabilizado no período seguinte, 2016-2019, com -0,8% a.a., o número total de vínculos no grupo construção em 2019, foi de 19.707. Ou seja, não foi capaz de recuperar os 13.727 vínculos perdidos entre 2014 e 2019.

Tabela 4 Empregos Formais, Segundo Classificação De Setores De Atividades Econômicas, Região Metropolitana De Natal, 2014-2019

Classificação das Atividades Econômicas	RM NATAL											
	2014		2015		2016		2017		2018		2019	
Total	412.131	100,0	391.520	100,0	388.191	100,0	385.358	100,0	387.864	100,0	394.584	100,0
Agropecuária e extrativa	4.449	1,1	4.681	1,2	4.953	1,3	4.697	1,2	4.327	1,1	4.665	1,2
Agropecuária	2.819	0,7	3.029	0,8	3.501	0,9	3.616	0,9	3.238	0,8	3.602	0,9
Indústria Extrativa Mineral	453	0,1	500	0,1	357	0,1	288	0,1	341	0,1	294	0,1
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	1.177	0,3	1.152	0,3	1.095	0,3	793	0,2	748	0,2	769	0,2
Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	12.852	3,1	12.883	3,3	12.932	3,3	12.510	3,2	12.230	3,2	12.496	3,2
Indústrias ligadas à agropecuária	10.717	2,6	10.465	2,7	10.400	2,7	10.241	2,7	10.252	2,6	10.694	2,7
Indústrias ligadas à indústria extrativa	2.135	0,5	2.418	0,6	2.532	0,7	2.269	0,6	1.978	0,5	1.802	0,5
Indústria de baixa e média-baixa tecnologia	24.793	6,0	21.812	5,6	20.208	5,2	19.707	5,1	18.462	4,8	17.924	4,5
Indústria de baixa intensidade tecnológica	22.025	5,3	19.186	4,9	17.803	4,6	17.376	4,5	16.212	4,2	15.754	4,0
Indústria de média-baixa intensidade tecnológica	2.768	0,7	2.626	0,7	2.405	0,6	2.331	0,6	2.250	0,6	2.170	0,5
Indústria de média-alta e alta tecnologia	1.828	0,4	1.626	0,4	1.509	0,4	1.539	0,4	1.512	0,4	1.438	0,4
Indústria de média-alta intensidade tecnológica	1.772	0,4	1.524	0,4	1.471	0,4	1.501	0,4	1.478	0,4	1.430	0,4
Indústria de alta intensidade tecnológica	56	0,0	102	0,0	38	0,0	38	0,0	34	0,0	8	0,0
Construção	33.444	8,1	27.763	7,1	20.162	5,2	19.127	5,0	18.141	4,7	19.707	5,0
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	4.922	1,2	3.693	0,9	2.802	0,7	2.632	0,7	2.550	0,7	2.512	0,6
Construção de edifícios	18.671	4,5	15.797	4,0	10.354	2,7	9.264	2,4	9.095	2,3	8.790	2,2
Obras de infraestruturas	5.008	1,2	3.407	0,9	2.834	0,7	2.830	0,7	2.520	0,6	3.922	1,0
Serviços especializados para construção	4.843	1,2	4.866	1,2	4.172	1,1	4.401	1,1	3.976	1,0	4.483	1,1
Serviços industriais de utilidade pública	5.204	1,3	5.260	1,3	5.017	1,3	4.581	1,2	4.867	1,3	5.103	1,3
Serviços distributivos	91.925	22,3	90.764	23,2	87.241	22,5	86.527	22,5	85.558	22,1	87.799	22,3
Comércio e reparação de automóveis	8.451	2,1	8.021	2,0	7.591	2,0	7.619	2,0	7.453	1,9	7.287	1,8
Comércio atacadista	12.634	3,1	11.850	3,0	11.918	3,1	12.483	3,2	14.038	3,6	12.955	3,3
Comércio varejista	57.350	13,9	57.221	14,6	54.267	14,0	53.285	13,8	50.787	13,1	53.974	13,7
Transporte, armazenagem e distribuição	11.719	2,8	11.832	3,0	11.621	3,0	11.357	2,9	11.385	2,9	11.001	2,8
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio)	1.771	0,4	1.840	0,5	1.844	0,5	1.783	0,5	1.895	0,5	2.582	0,7
Serviços produtivos	48.799	11,8	51.677	13,2	49.626	12,8	53.937	14,0	56.334	14,5	58.129	14,7
Serviços Financeiros	4.574	1,1	4.600	1,2	4.416	1,1	4.321	1,1	4.279	1,1	4.666	1,2
Administração e comércio de imóveis	1.036	0,3	1.081	0,3	1.040	0,3	1.085	0,3	1.153	0,3	761	0,2
Serviços técnico-profissionais e científicos	7.254	1,8	8.346	2,1	7.744	2,0	9.106	2,4	9.048	2,3	6.257	1,6
Serviços de TI	2.425	0,6	2.456	0,6	2.275	0,6	2.192	0,6	1.984	0,5	1.688	0,4
Serviços de apoio às empresas e as pessoas	33.510	8,1	35.194	9,0	34.151	8,8	37.233	9,7	39.870	10,3	44.757	11,3
Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo	43.486	10,6	44.355	11,3	43.400	11,2	44.022	11,4	46.022	11,9	46.814	11,9
Educação	24.734	6,0	25.112	6,4	24.309	6,3	24.601	6,4	25.625	6,6	25.534	6,5
Serviços de saúde e assistência social	14.443	3,5	14.902	3,8	15.067	3,9	15.462	4,0	16.724	4,3	17.762	4,5
Organizações associativas e organismos internacionais	4.309	1,0	4.341	1,1	4.024	1,0	3.959	1,0	3.673	0,9	3.518	0,9
Serviços Sociais - Administração Pública	108.784	26,4	92.309	23,6	104.561	26,9	101.296	26,3	102.848	26,5	102.814	26,1
Serviços Pessoais	36.567	8,9	38.390	9,8	38.582	9,9	37.415	9,7	37.563	9,7	37.695	9,6
Alojamento e alimentação	19.827	4,8	19.874	5,1	18.777	4,8	18.704	4,9	18.194	4,7	18.716	4,7
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	2.688	0,7	2.583	0,7	2.558	0,7	2.603	0,7	2.639	0,7	2.352	0,6
Outras atividades de serviços pessoais	68	0,0	113	0,0	83	0,0	15.969	4,1	16.560	4,3	16.478	4,2
Serviços Domésticos	13.984	3,4	15.820	4,0	17.164	4,4	139	0,0	170	0,0	149	0,0

Fonte: RAIS-MT

Já a incipiente e limitada indústria potiguar sofre sucessivas perdas de vínculos empregatícios no período de análise. A indústria potiguar é historicamente caracterizada por ser principalmente de baixa e média-baixa intensidade tecnológica. Além de estar perdendo participação no PIB da RMN e do RN (como apontado anteriormente), a Indústria tem perdido participação

nos empregos formais, principalmente a Baixa e Média-Baixa tecnologia, que participava com 6% do total de vínculos da RMN em 2014, reduz para 4,5% em 2019. Dando destaque para a perda real de 6.869 vagas de emprego, entre 2014-2019.

Um setor que chama a atenção na análise dos vínculos de empregos formais trata-se dos Serviços de apoio às Empresas e as Pessoas, que passa de 33.510 vínculos em 2014, para 44.757 vínculos em 2019. Neste setor estão inseridas as atividades de locação de meios de transporte sem condutor; aluguel de máquinas e equipamentos sem operador; gestão de ativos intangíveis não-financeiros; seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas; atividades de vigilância, segurança e investigação; serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas; reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos. Observa-se o crescimento nos vínculos deste setor, principalmente a parti de 2017, creditando-se ao processo de terceirização do trabalho, fomentado pelo implemento da reforma trabalhista.

Outro setor que apresenta crescimento nos vínculos de emprego formal é os serviços sociais, de forma mais pujante os serviços de saúde e assistência social, que passa de 14.443 vínculos em 2014, para 17.762 vínculos em 2019. Segundo Wagner et. al (2020), a aprovação de medidas restritivas como a Lei Federal nº 13.429/2017, que ampliou a terceirização para as atividades-fim no âmbito público e privado, trouxe para o mercado de trabalho da saúde e assistência social, uma tendência de inserção precária no mercado, por meio dos contratos flexíveis e a restrição dos direitos trabalhistas como férias, licenças remuneradas e 13º salário, bem como a extensão da jornada de trabalho, a rotatividade e uma maior requisição de seletividade e imediatividade para o trabalho profissional. Ou seja, embora tenha aumentado número de vínculos no período de análise, o formato atual do mercado neste setor está caracterizado pela precarização do trabalho.

Dentro dos Serviços Sociais, destaca-se na Tabela 3, o crescimento vertiginoso do emprego formal no ramo “outras atividades de serviços pessoais”, em especial após a reforma trabalhista, com a taxa de crescimento média anual de 483,4 % a.a., entre 2016-2019. Neste ramo estão as atividades de aluguel de objetos pessoais e domésticos; serviços para edifícios e atividades paisagísticas; outras atividades de serviços pessoais (lavanderias, tinturarias e toalheiros, cabelereiros e tratamentos de beleza, atividades funerárias, entre outras), que são atividades típicas de contrato de serviço terceirizado ou que tenham passado pelo processo de “pejotização”⁷.

⁷ O termo se origina da sigla de pessoa jurídica (PJ = pejotização) e, simboliza o disfarce do empregado (pessoa física) em “PJ” (pessoa jurídica). Ou seja, o fenômeno da pejotização visa burlar a relação empregatícia e, por conseguinte, potencializar os lucros e resultados financeiros da empresa contratante, caracterizando a modalidade de fraude trabalhista. Ver mais sobre o tema em Danelon (2021).

Tabela 5 Distribuição Setorial Do Emprego Formal E Da Massa Salarial, Segundo Classificação De Setores Econômicos, Região Metropolitana De Natal, 2014, 2016, 2019

Classificação das Atividades Econômicas	Taxa de Crescimento Médio Emprego Formal (%a.a.)		Taxa de crescimento médio da Massa Salarial (%a.a.)	
	2014-2016	2016-2019	2014-2016	2016-2019
Total	-2,9	0,5	4,7	2,7
Agropecuária e extrativa	5,5	-2,0	4,8	-4,6
Agropecuária	11,4	1,0	21,9	5,7
Indústria Extrativa Mineral	-11,2	-6,3	-5,7	-13,1
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	-3,5	-11,1	2,2	-7,0
Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas	0,3	-1,1	9,1	-0,7
Indústrias ligadas à agropecuária	-1,5	0,9	5,3	1,6
Indústrias ligadas à indústria extrativa	8,9	-10,7	28,8	-11,0
Indústria de baixa e média-baixa tecnologia	-9,7	-3,9	1,8	-5,0
Indústria de baixa intensidade tecnológica	-10,1	-4,0	1,9	-5,7
Indústria de média-baixa intensidade tecnológica	-6,8	-3,4	0,5	0,2
Indústria de média-alta e alta tecnologia	-9,1	-1,6	-3,0	2,6
Indústria de média-alta intensidade tecnológica	-8,9	-0,9	-2,9	3,2
Indústria de alta intensidade tecnológica	-17,6	-40,5	-7,4	-42,6
Construção	-22,4	-0,8	-15,1	-2,5
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	-24,5	-3,6	-19,7	-14,0
Construção de edifícios	-25,5	-5,3	-19,3	-9,9
Obras de infraestruturas	-24,8	11,4	-15,1	14,3
Serviços especializados para construção	-7,2	2,4	4,9	1,3
Serviços industriais de utilidade pública	-1,8	0,6	11,2	-17,2
Serviços distributivos	-2,6	0,2	5,6	1,5
Comércio e reparação de automóveis	-5,2	-1,4	-0,5	0,6
Comércio atacadista	-2,9	2,8	6,2	5,9
Comércio varejista	-2,7	-0,2	5,6	1,4
Transporte, armazenagem e distribuição	-0,4	-1,8	8,2	-3,5
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	2,0	11,9	11,1	9,1
Serviços produtivos	0,8	5,4	7,1	0,4
Serviços Financeiros	-1,7	1,9	4,5	0,2
Administração e comércio de imóveis	0,2	-9,9	5,0	-13,7
Serviços técnico-profissionais e científicos	3,3	-6,9	10,8	-0,1
Serviços de TI	-3,1	-9,5	10,7	-13,0
Serviços de apoio às empresas e as pessoas	1,0	9,4	7,0	3,1
Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência associativismo e organizações	-0,1	2,6	-0,2	7,3
Educação	-0,9	1,7	-1,7	7,7
Serviços de saúde e assistência social	2,1	5,6	7,7	7,7
Organizações associativas e organismos internacionais	-3,4	-4,4	1,5	-1,3
Serviços Sociais - Administração Pública	-2,0	-0,6	7,0	4,2
Serviços Pessoais	2,7	-0,8	10,4	1,1
Alojamento e alimentação	-2,7	-0,1	5,4	1,1
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	-2,4	-2,8	0,9	-1,3
Outras atividades de serviços pessoais	10,5	483,4	19,6	1,4
Serviços Domésticos	10,8	-79,4	19,0	30,6

Fonte: RAIS-MT.

Em termos de massa salarial, dividimos a análise em dois subperíodos: a) 2014-2016 – primeiro momento da inflexão ultraliberal; b) 2016-2019 – segundo momento da inflexão, buscando capturar algum movimento das reformas implementadas a partir de 2017. Embora o segundo subperíodo ainda seja muito pequeno para capturar os impactos das recentes reformas, busca-se verificar qual a tendência que se apresenta.

Na Região Metropolitana de Natal, as perdas e ganhos da massa salarial, segundo classificação das atividades econômicas, são capazes de caracterizar o tipo economia metropolitana podemos identificar neste contexto. Veja que, segundo a Tabela 4, a depender do subperíodo de referência ao verificarmos os movimentos das taxas de crescimento das massas salariais, ao identificar a existência de setores mais sensíveis à conjuntura da política econômica, identificamos o dinamismo da economia metropolitana.

O setor econômico mais marcante na região metropolitana de Natal, bem como no estado potiguar, como já ratificado anteriormente, é a Administração Pública. Este dado também fica evidente, quando analisamos a massa salarial. Veja que a massa salarial representa, em termos de participação setorial, acima dos 42%. E no período de análise, a massa salarial continua crescendo, mesmo a taxas decrescentes, apresentando 7,7% a.a., no período 2014 a 2016, e 4,2% a.a., no período 2016 a 2019.

Quando uma economia metropolitana é muito dependente do setor administração pública, como é o caso da RMN, podemos caracterizá-la como uma economia de baixo dinamismo e com pouca capacidade de engajamento entre os diversos setores econômicos. Isso vai ficando ainda mais claro, quando constatamos que além da concentração dos empregos e massa salarial nos setores de serviços, o peso significativo dos serviços distributivos, em especial o comércio varejista. Durante o período de análise, a massa salarial do comércio varejista cresce a taxas decrescentes, passando de 5,6% a.a., em 2014-2016, para 1,4% a.a., em 2016-2019. Embora venha crescendo menos, sua participação continua alta na RMN, que em conjunto com os Serviços Distributivos, representa 13% da massa salarial do estado.

Esta concentração econômica no comércio na RMN, não é novidade, muito pelo contrário, está na raiz da formação econômica do polo potiguar, onde sempre se predominou o capital mercantil, que nunca foi capaz de gerar economias de escalas para a região. Na verdade, o setor que poderia gerar tal engajamento para a economia regional, poderia ter sido indústria. Todavia, esta, além de ser caracterizada com baixa e baixa-média tecnologia, sempre possuiu comportamento tímido na economia e pouca comunicação com o setor de serviços local. Para constatar a tamanha fragilidade do setor industrial na RMN, em especial a Indústria de baixa e média-baixa tecnologia, no primeiro período (2014-2016) cresceu apenas 1,8% a.a., em termos de massa salarial, e perdeu -5% a.a. no período seguinte (2016-2019).

Embora o setor de serviços produtivos, represente 9% do total da massa salarial da RMN, este não consegue avançar em termos de intensidade de conhecimento, concentrando-se nos serviços de apoio às empresas e vem crescendo a taxas decrescentes, qualificando um setor de serviços precarizado (Ver tabela 4).

Setores que podem chamar a atenção na Tabela 4, como a Indústria extrativa Mineral e a Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis, por apresentarem quedas nas massas salariais. Na Indústria Extrativa Mineral, num primeiro momento, há registro de perda de 11,2 % a.a, dos vínculos de empregos formais e perda de 5,7% a.a de massa salarial. No segundo momento, 2016-2019, os vínculos continuam a cair, com taxa negativa de 6,3 %a.a., e -13,1%a.a. de massa salarial. Vale destacar que em relação ao montante de vínculos e massa salarial, estes setores possuem baixas participações.

Por fim, destacamos o setor de serviços sociais, em especial o ramo de educação, que possui grande participação na massa salarial da RMN, na casa dos 13%. Entretanto, a sua participação no total de vínculos é de aproximadamente 6%, e que pouco mudou no período analisado. Nos chama a atenção para o fato de que, mesmo que os vínculos não tenham crescido tanto no período de análise, somente no período 2016-2019, a massa salarial cresceu 7,7% a.a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado dedicou-se a responder como Regiões Metropolitanas pouco dinâmicas, como a RM Natal, inserida num estado periférico como o Rio Grande do Norte, se comportam em um cenário recessivo conjuntural como o verificado a partir da inflexão ultraliberal de 2015.

Para tanto, fez-se um esforço de compreender, através dos dados do PIB Municipal, Vínculos de Empregos Formais e Massa Salarial, especializados geograficamente para o estado do Rio Grande do Norte e tabulados segundo atividades econômicas, levando em consideração na análise os principais acontecimentos políticos, econômicos e institucionais, tais como a reforma trabalhista, e que tiveram rebatimentos na dinâmica econômica metropolitana e mercado de trabalho formal.

O exercício da espacialização dos dados econômicos – PIB e mão de obra formal para a Região Metropolitana de Natal e para o Rio Grande do Norte – revelam a manutenção de características da formação histórica e econômica estadual. Por um lado, reafirma-se a macrocefalia metropolitana (Principalmente da capital Natal) representando centralidade e maior dinamismo no conjunto do território potiguar. Por outro lado, municípios com mais centralidade regional (casos de Mossoró e Caicó) completam a estruturação espacial da economia.

O baixo dinamismo dos setores da economia somados a flexibilização das leis trabalhistas e redução dos investimentos públicos e privados, aprofundou a condição periférica da Região Metropolitana de Natal, que ao invés de atuar como um polo impulsionador da economia estadual, reconcentra a riqueza na sua área metropolitana e tem suas estruturas produtivas ainda mais fragilizadas diante deste cenário.

Se no período do experimento desenvolvimentista verificou-se uma breve tendência de reversão dessa condição, com interiorização do

desenvolvimento, o que se verifica na inflexão ultraliberal – agora estendida até o ano de 2019 – é o retorno ao padrão histórico, perpetuando um interior menos dinâmico, com menos oportunidade de emprego e renda e tendência à migração, pobreza e inchaço metropolitano. Muito embora alguns setores específicos tenham aumentado brevemente a sua participação no interior, eles não tem peso relativo importante no total do emprego formal do Estado. Resta observar os dados de 2020 e 2021 com forte influência da Pandemia de Covid-19 para que informações mais concretas possam ser alcançadas.

REFERÊNCIAS

DANELON, Mayra. Pejotização. Resenha Crítica. Artigos. **JusBrasil**. 20/04/2021. Disponível em: <https://mdanelon-adv2017.jusbrasil.com.br/artigos/1195333330/pejotizacao> . Acesso em: 14/12/2021.

FINATTI, R.; ARAÚJO, J. B.; SILVA, R.M; CAMARA, R. L. M.; CLEMENTINO, M. L. M.; Inserção econômica e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal: permanências e desafios na inflexão ultraliberal. In: RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. L. M. (ORG) Economia metropolitana e desenvolvimento regional [recurso eletrônico] : do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal.. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2020. Recurso digital (Metrópoles).

GIAMBIAGI, F.; TINOCO, G. O Teto do Gasto Público: mudas para preservar. Textos para discussão 144. Setembro de 2019. BNDES.

ORAIR, Rodrigo Octávio. Investimento Público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Brasília: Ipea, 2016 (Texto para Discussão n. 2215).

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP. **Nota do Cecon**, n.1, Abril de 2017.

TROVÃO, C. J. B. M; ARAÚJO, J.B. Reforma trabalhista, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil até 2019. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**. / BJSLE Braz. J. Soc. Lab. Econ., Campinas, v. 2, e020009, 2020 – ISSN 2674-9564

WAGNER, Moema Amélia Serpa; BARBOSA, Araujo Heloisa; SANTOS, Nívea Maria Souto Maior. Os impactos contrarreformistas no mercado de trabalho da saúde e assistência social na prefeitura de Campina Grande (PB). *O Social em Questão* [en línea]. 2020, (47), 195-219 [fecha de Consulta 14 de Diciembre de 2021]. ISSN: 1415-1804. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552263106013>